



**É
público,
é para
todos**

37° CONECEP | Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal
**Em defesa da Caixa e de seus empregados.
Por um Brasil melhor.**



Movimento em defesa da Caixa pública

Em defesa da Caixa pública e dos empregados, que seguem atuando incansavelmente durante à pandemia, a Fenaec lançou durante o 37° Conecef o movimento em defesa da Caixa pública, dos bancários e do Brasil: Caixa Social é Caixa Pública. Social é ser Pública.

O objetivo é mobilizar a sociedade para defender a Caixa pública e reforçar a importância do banco público para toda a população e no desenvolvimento de um país justo. “Precisamos criar um movimento em defesa da Caixa. Precisamos ganhar os corações e mentes da população na defesa deste patrimônio público que é a Caixa”, explicou Sergio Takemoto.



Assista o vídeo

<https://www.youtube.com/watch?v=mWv9iyOfeFg>

Se a Caixa não for um banco público, com caráter social de agência pública, nós não teremos distribuição de renda nesse país, avalia diretor do Dieese



Com o debate “A Caixa que queremos para o futuro do Brasil”, o diretor técnico do DIEESE, Fausto Augusto Junior, afirmou que a Caixa será fundamental para a recuperação da economia do país.

Para o diretor técnico, é por meio das empresas públicas – Caixa, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que vamos conseguir dirigir investimentos e organizar lógicas de recurso para impulsionar crescimento descentralizado. “A gente precisa inevitavelmente enfatizar o papel social da Caixa. É fundamental que a gente deixe bem claro para a população brasileira que se não tiver a Caixa Econômica Federal, se a Caixa não for um banco público, com caráter social de agência pública, nós não teremos distribuição de renda nesse país”, enfatizou.

Na coordenação da mesa estavam os membros da CEE/Caixa; a diretora de Políticas Sociais da Fenaec, Rachel Weber; Edgard Antônio Bastos Lima (FENACEF) e Márcio Wanderley Lopes (Fetrafi RJ/ES).

37º Conecef debate os ataques aos planos de previdência e ressalta a luta coletiva dos empregados

"O que eu posso dizer para vocês é que não tem saída do ponto de vista individual. O Conecef é fundamental, pois vocês estão pensando em saídas de forma coletiva".

Foi assim que a diretora Anapar e membro do Conselho Deliberativo da Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Claudia Ricaldoni, alertou sobre os ataques aos fundos de pensão, em destaque, à FUNCEF, no painel "Ataques aos planos de previdência complementar", no Conecef.



Para Ricaldoni, "muito desse incentivo à destruição daquilo que é coletivo, que é mutualista e vitalício, está ligado à diminuição dos compromissos pós-emprego das empresas patrocinadoras, com a visão clara ao incentivo à privatização".

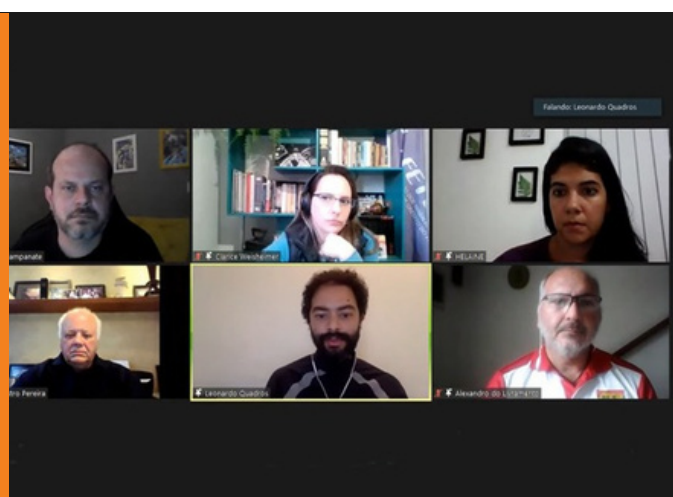
Sobre a CGPAR 25 - que estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar, a diretora reforçou que "[...] Ali dentro tem algumas pérolas, como a proibição ampla, geral e irrestrita da criação de planos com benefícios vitalícios. Os novos planos criados por estatais com controle direto do governo serão obrigatoriamente de contribuição definida. Eu garanto para vocês que nenhuma dessas alterações vai beneficiar os participantes", advertiu Ricaldoni.

A mesa foi presidida pelos membros da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) Carlos Augusto Silva (Pipoca) e Zelário Bremm (Fetec/PR).

Modelo atual do Saúde Caixa é viável para 2022

Leonardo Quadros, que integrou o GT Saúde Caixa - encerrado pela Caixa em 30/07 de forma unilateral -, fez um histórico do plano desde a sua criação, em 2004. E informou sobre os desafios impostos pelo Governo e pela direção do banco, como a CGPAR 23.

Quadros ressaltou que a CGPAR 23 não está prevista no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e, portanto, não deve ser aplicada no custeio do plano. "Enquanto defendemos o atual modelo, que é viável, a gestão Pedro Guimarães insiste em transferir os custos para os empregados, por meio da aplicação da CGPAR 23, apesar de ela não ser lei, não estar prevista em acordo coletivo".



Alexandro Livramento, também é membro do GT, explicou que a representação dos empregados contratou uma empresa atuarial para projetar os custos do plano e, a partir desse estudo, foi possível apresentar uma proposta que mantém o modelo de contribuição de 70% - 30% e mantém as atuais condições do plano, além da preservação da gestão por RH e os princípios de solidariedade, mutualismo e pacto intergeracional.

"Nós mostramos que o modelo atual é suficiente para 2022. Logicamente a Caixa não aceitou [a proposta] e, de maneira autoritária, declarou encerrado o grupo de trabalho", destacou Alexandro. A proposta da Caixa impõe a CGPAR 23 em sua integralidade - com contribuição paritária e cobrança de mensalidade por beneficiário, de acordo com faixa etária e/ou renda.

Albucacis de Castro, médico e consultor da Fenae e Contraf/CUT, destacou que a gestão do plano deveria ser mais bem discutida. "É muito importante melhorar a gestão do plano também, pois é possível reduzir, e muito, o custo total do Saúde Caixa. Mas essa não parece ser a preocupação da Caixa e, sim, a aplicação da CGPAR 23.